

GREVE 2014

Segundo semestre só começa após fim da greve e reposição das aulas

O reitor José Tadeu Jorge admitiu na reunião com os diretores de nossas unidades de ensino, realizada na sexta-feira, 25, que o segundo semestre letivo só poderá ser iniciado após o final da greve e a reposição das aulas. Em alguns institutos, terão que ser repostos 26 dias letivos.

Tadeu admitiu também que o calendário só poderá ser refeito após o término da greve e a entrega total das notas. Os informes

apresentados pela Reitoria apontam que 24% das notas não foram inseridas no sistema do DAC. A ADunicamp avalia que cerca de 15 mil alunos foram diretamente afetados pela não entrega das notas.

Leia abaixo e nas páginas seguintes os relatos de alguns diretores sobre a reunião, enviados por eles via e-mail para os professores de suas unidades.

Do diretor do IC (Instituto de computação)

“Car*s,

Em reunião com os diretores, a reitoria fez as seguintes considerações acerca do calendário escolar e temas correlatos:

1. Pretende-se definir o calendário para o segundo semestre assim que a greve se encerrar;
2. Este calendário unificará as atividades, mesmo considerando que há realidades específicas de cursos e unidades;
3. Em algumas unidades, ainda há a necessidade de se cumprirem 26 dias letivos do primeiro semestre;

4. Possivelmente, o segundo semestre letivo se iniciará apenas após a reposição destas aulas;

5. Aproximadamente 24% das notas de alunos ainda não foram inseridas no sistema da DAC;

6. A reitoria reforçou intenção de negociação nos termos do comunicado de 07/07 (<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/07/11/comunicado-da-reitoria>).

Atenciosamente”.
Ricardo Torres

Do diretor da FE (Faculdade de Educação)

“Tivemos agora à tarde a reunião com a Reitoria da Unicamp, iniciada às 14:30 e que prosseguiu até aproximadamente as 17:30 horas. A reunião iniciou com um relato feito pelo Prof. Tadeu que fundamentalmente dava conta dos impasses no Cruesp, os quais todos conhecemos, e de seu desejo de que as entidades representativas na Unicamp iniciassem uma discussão sobre a pauta específica.

Meu entendimento é que neste momento a proposta da Reitoria está restrita ao vale refeição da ordem de 23 reais dia, já que a questão do abono sofre restrições da nossa Procuradoria. Tal restrição refere-se ao fato de que abono é algo pontual e não pode perdurar para não configurar evasão de recolhimento de encargos trabalhistas. Um abono que fosse retroativo a maio, por exemplo, configuraria tal evasão de recolhimento pois não seria considerado pontual, ou seja, seria salário disfarçado de abono.

Queixa-se a Reitoria de que há tempos propõe uma discussão da pauta específica e que não é atendida pelas entidades sindicais. Não há diálogo.

A reação dos diretores presentes, na maioria das intervenções se restringiram a preocupações de ordem operacional, vale dizer, o que fazer com o semestre, possibilidade de calendário diferenciado em função da greve (descartado pela Reitoria). Uma intervenção diferenciada coube à Faculdade de Engenharia Mecânica que afirmou apoio à moção da Faculdade de Educação e da Faculdade de Engenharia Elétrica que sugeriu a) fixação de um índice pelo Cruesp e; 2) diferenciação do cumprimento do índice em função da realidade de cada Universidade.

O Reitor argumentou que permitir que cada universidade implementasse de forma diferenciada um eventual índice fixado pelo Cruesp seria permitir a quebra de isonomia. Permitiria ainda, segundo o Reitor, que uma das universidades iniciasse a qualquer momento um processo de competição salarial “roubando” recursos humanos de outra universidade.

Neste ponto, iniciamos nossa intervenção na reunião discordando da argumentação do Reitor com a seguinte lógica:

A greve é legítima, como reconhece a própria Reitoria. Zero não é resposta para uma data base.

A solução perfeita para o problema seria a fixação do índice e o cumprimento deste por todas as Universidades.

No entanto, se a solução perfeita é impossível, não caberia às demais soluções apresentadas a função de serem perfeitas, ou seja, quaisquer soluções que se pense a partir desta negação não será, obviamente, uma solução inquestionável e perfeita.

Assumido isso, parecia à Faculdade de Educação que a solução menos comprometida seria a fixação de um índice e a flexibilização do cumprimento do mesmo de forma acordada com cada uma das comunidades internas das três universidades.

Quanto à possibilidade de competição, argumentamos que isso não era real na medida em que o teto salarial estaria definido pela política salarial fixada pelo Cruesp, ou seja, nenhuma das três poderia ir além do teto fixado o que impunha vida curta a qualquer tentativa de instalar a competição por recursos humanos entre as três universidades.

Argumentamos ainda que era ilusória a ideia de que a greve teria uma solução a curto prazo via pauta específica, pois mesmo que a greve fosse suspensa, a questão salarial persistiria durante todo o próximo semestre criando um ambiente instável que atingiria as atividades do ano inteiro, com possível volta da greve em outro momento.

Era ilusório pensar que a USP em setembro poderia resolver o seu problema financeiro e então concordar com um reajuste. Os problemas da USP, segundo o próprio Reitor são decorrentes de aumento de 10% de seu quadro docente e de uma política de reenquadramento de servidores não docentes feitas nos últimos anos. Portanto, a solução da USP não acontecerá no curto prazo, alimentando a manutenção das reivindicações no futuro.

Argumentamos que enquanto a Reitoria da Unicamp afirma que a trava para definição de um índice de reajuste está sendo posta pela USP, o Reitor da USP divulga um vídeo no qual afirma que a decisão é dos três reitores

em função do comprometimento que as três universidades têm com os salários.

Isso nos permite concluir que a USP está usando os reitores da UNICAMP e da UNESP como um escudo para seus problemas internos. Exortamos os reitores da UNICAMP e da UNESP a pressionarem o reitor da USP pois o preço que ele está impondo às coirmãs é inaceitável.

A Reitoria da Unicamp afirmou o seguinte sobre esta análise:

Acha o Reitor que o Cruesp não teria, em princípio, dificuldade em reconhecer um valor de correção diferente de zero.

O Cruesp nunca examinou uma proposta que permitisse a flexibilização da aplicação de um índice por ele fixado, no interior de cada Universidade.

Alerta, entretanto, que seria importante manter a coesão do Cruesp pois no passado as outras universidades (ou seja UNESP e UNICAMP) também tiveram problemas semelhantes.

A análise, no entanto, para aí.

Ante a preocupação de alguns presentes de que a Unicamp pudesse, com eventual reajuste chegar à mesma situação da Usp, a Reitoria tranquilizou os presentes dizendo que a projeção de comprometimento da Unicamp para dezembro com a folha de pagamento, sem nenhum reajuste ter sido dado, seria da ordem de 91% e que portanto este índice comportaria, com segurança, um reajuste de 5,2%.

Também argumentaram alguns presentes que a greve estaria expondo as Universidades e permitindo que aparecessem questionamentos sobre sua capacidade de sustentar sua autonomia.

Neste aspecto argumentamos que:

É ilusório achar que a mídia iria defender as universidades públicas mesmo se não houvesse a greve.

A mídia apenas está sendo oportunista e veiculando aquilo que ela sempre achou e que já apareceu no passado de forma intensa: a privatização das universidades que começa (mas não para) com a cobrança de mensalidade dos alunos.

A Reitoria, entendo eu, fixa sua proposta na discussão da pauta específica, tendo como carro chefe o vale refeição. Salienta o Reitor que isso não será feito em substituição ao reajuste salarial, e que caminharia na direção da isonomia com a USP já que lá já existe o vale refeição, sendo uma maneira possível de

minorar a situação ante a impossibilidade de um reajuste que fosse aceitável para as três Universidades.

Louvável é a permanente disposição do Reitor em discutir e conversar com a comunidade, mesmo que seja em função da pauta específica.

Foram ainda tratadas outras temáticas adicionais.

Sobre o fechamento do semestre, a Reitoria indicou que 73,51 das notas dos estudantes já estavam no sistema (levantamento feito às 11 horas do dia de hoje). Cinco unidades entregaram todas as notas. Em outras cinco, a maioria dos alunos está sem nota. As demais (15) se distribuem entre uma e outra situação.

Ante um questionamento ocorrido sobre este número, a estatística foi melhor examinada. O questionamento se referiu a se este número se referia a turmas ou a alunos com nota. A estatística foi refinada e chegou-se aos seguintes valores:

68,66 das turmas estão com notas

73,55 dos estudantes estão com notas

O primeiro número expressa docentes que entregaram as notas, já que se refere a turmas. O segundo número está contaminado pelo tamanho das turmas, pois um docente pode ser responsável por uma turma grande, aumentando o número de alunos com nota.

Para a Reitoria, só poderá haver uma definição de reposição para fechamento do semestre após o término da greve. Mas, como a greve avançou pelas férias e nela já não havia aulas, estima-se que será necessário para fechar o semestre a ampliação de pelo menos duas semanas, ou seja, algo em torno de 24 dias letivos.

Em relação às preocupações com o ENADE, a Reitoria afirmou ter entrado em contato com o MEC e acordado que será feita projeção inicial dos estudantes que participarão do ENADE a ser confirmada durante o mês de setembro. Deduzi que este mês é o limite para definir a participação no ENADE.

Colegas. Este é o relato que posso fazer, tentando ser o mais objetivo possível.

Estou à disposição para tentar responder alguma dúvida que este relato possa sugerir.

Abraço”.

Luiz Carlos de Freitas

Do diretor associado do IFCH (*Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*)

“(…) [Apresento] um relato para as listas [de docentes, funcionários e de estudantes] a respeito da reunião de ontem. (...) Peço paciência, pois a mensagem será bem extensa.

Foi uma reunião longa e bastante desalentadora, pois a reitoria chamou os diretores (não foi uma reunião do Consu) para detalhar os impasses entre a administração superior e as entidades representativas das diferentes categorias. O reitor reclama da intransigência do Fórum das Seis quando este último insiste em só iniciar as discussões a partir do índice de reajuste; e mesmo as discussões paralelas com a Adunicamp, por exemplo, também estão num impasse, em virtude da atribuição de abono salarial: a PG (Procuradoria Geral) alerta a reitoria que a perenidade de qualquer repasse na forma de abono em termos de percentual específico sobre salário (incorporação futura) trará problemas jurídicos, pois ficaria claro que é pagamento de salário sem recolhimento de tributos.

Na verdade, a única proposta da reitoria é a de concessão de vale-alimentação, no valor de R\$ 23,20 por dia útil. Um abono eventual pode ser produzido, mas não pode ser perene. Enfim, a reitoria entende que o impasse pode ser superado se for encontrado um meio de discussão sobre a pauta específica.

Sobre o calendário também não houve grande avanço. O professor Luis Alberto Magna estava lá, pró-reitor de graduação, e sanou algumas dúvidas a respeito da inserção de notas - realmente a inserção beira os 70% e a reitoria tem noção de todo o desdobramento caso o percentual restante não seja inserido.

São 24 dias letivos perdidos desde a decretação da greve. Em termos ideais, a reposição poderia ser feita em duas semanas letivas, mas quanto mais a greve durar, tanto mais o segundo semestre atrasará. E se entrarmos em setembro, por exemplo, teremos de trabalhar em janeiro para garantir tanto a reposição quanto a finalização do segundo semestre.

Mais dois pontos foram discutidos e são de interesse do IFCH, por constituírem pauta do Consu: o primeiro deles tem a ver com nossa moção para a retirada do título de doutor

honoris causa do coronel Jarbas Passarinho.

A reitoria teme que a votação qualificada (2/3 do Consu, cerca de 50 votos) não seja alcançada e isso cause o efeito contrário sobre o pedido. O item já está na pauta e será votado. Como não há reunião da Congregação (que foi o órgão que sugeriu a moção da forma como está) antes da reunião do Consu, eu defendi que devemos submeter à votação e ver no que dá, pois aí ficaria claro qual a composição ideológica do próprio Conselho.

Mas nem todo mundo pensa assim: o professor Freitas, diretor da Faculdade de Educação, sugeriu que se retire de pauta (primeiro ele sugeriu que se faça uma pré-votação, coisa que nunca aconteceu, segundo o professor Tadeu), seja feito um trabalho político de convencimento dos membros do Conselho e, depois, se retorne à pauta para votação. Eu respondi que não sei se isso adianta, pois a própria moção tem a grande vantagem de, já na sua letra, fazer um histórico bastante preciso a respeito da atuação do coronel Jarbas Passarinho. Sobre esses ‘detalhes’ conversarei com o Jorge Coli, pois será ele a representar o IFCH no dia 5 próximo.

Uma última coisa, o segundo ponto: a proposta do IFCH de cotas raciais em concurso público teve parecer positivo da PG. Como a atual lei se limita aos órgãos federais, há a perspectiva de que a Unicamp a adote com regulamentação específica, na mesma linha. Então, a proposta estará no expediente da próxima reunião, a fim de que seja objeto de uma deliberação formulada por Grupo de Trabalho específico, para a decisão de como a referida lei será aplicada na Unicamp. Em outras palavras, se o Consu concordar que a lei deve ser aplicada, forma-se um grupo de trabalho para definir o modo de implementação dela.

Bem, é isso. Pode ser que um ou outro ponto tenha ficado obscuro (...). Outras coisas foram também discutidas na reunião de ontem, mas elas são de outra alçada.

Abraço de bom dia a todos”.

Jesus José Ranieri